



RELATÓRIO DE AÇÕES

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Endereço: Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - 14º andar CEP 70.040-908 - Brasília (DF) Telefone: (61) 3318-4317 / 0270

SECRETARIA-GERAL DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (SGAI)

Gabriel Saad Travassos

Secretário-Geral de Articulação Institucional

Roberta Pires Alvim

Secretária de Ações Estratégicas

Murillo Ribeiro Martins

Secretário de Acesso à Justiça

João Juliano Josué Francisco

Coordenador do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais

MEMBROS DO GTCT

Região Norte: Marcos Wagner Alves Teixeira

Região Nordeste: Benoni Ferreira Moreira

Região Centro-oeste: André Carneiro Leão

Região Sul: João Juliano Josué Francisco

Região Sudeste: José Roberto Fani Tambasco

COORDENAÇÃO POLÍTICAS ETNORACIAIS, POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Christiane Brandão Teles

Debora Ficher Furloni

Beatriz Abrantes Saraiva

Wisley Mateus Guimarães Lima Matos

ANO DA PUBLICAÇÃO 2022

APRESENTAÇÃO	4
---------------------	----------

O QUE FAZ O GRUPO DE TRABALHO COMUNIDADES TRADICIONAIS?	4
--	----------

O QUE É UMA COMUNIDADE OU POVO TRADICIONAL?	4
--	----------

QUAIS AS AÇÕES O GT EXERCE JUNTO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS?	5
---	----------

LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E QUANTIDADE DE PESSOAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES	11
---	-----------

APRESENTAÇÃO

A Defensoria Pública é instituição essencial à justiça, expressão e instrumento do regime democrático. Encontram-se entre seus objetivos a primazia da dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais, a afirmação do Estado Democrático de Direito, a prevalência e efetividade dos direitos humanos, entre outros.

No tocante à promoção e efetivação dos direitos humanos, a Defensoria Pública da União tem forte atuação na promoção de direitos de grupos em situação de vulnerabilidade e proteção de comunidades ameaçadas. Entre esses grupos que titularizam o direito à especial proteção do Estado, encontram-se as comunidades tradicionais.

A atuação da Defensoria Pública da União na temática se dá por meio dos/as defensores/as públicos/as federais lotados nos estados, das/os Defensores/as Regionais de Direitos Humanos e do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais.

Com o objetivo de divulgar o trabalho do GT junto às comunidades quilombolas, a Defensoria Pública da União disponibiliza este relatório como uma ferramenta de aproximação entre a DPU e a sociedade.

O QUE FAZ O GRUPO DE TRABALHO COMUNIDADES TRADICIONAIS?

O GTCT foi criado por meio da Portaria GABDPGF DPGU nº 200, de 12 de março de 2018. Em seu art. 3º, I, estão dispostas as competências do GT, quais sejam: (i) promover a defesa dos interesses de comunidades quilombolas, de matriz africana, ciganas e outras comunidades tradicionais; (ii) identificar e enfrentar as dificuldades políticas e processuais à certificação e à titulação de terras pelas comunidades previstas na alínea anterior; e (iii) contribuir na elaboração de políticas públicas de assistência jurídica às comunidades tradicionais.

O QUE É UMA COMUNIDADE OU POVO TRADICIONAL?

São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Decreto 6040/2007, art 3, I

São povos tradicionais comunidades quilombolas, povos indígenas, povos ciganos, caiçaras, ribeirinhos e todas as comunidades que possuem formas ancestrais de organização social, com cultura e tradições próprias.

Como estabelece a Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho, os povos tradicionais, por apresentarem uma organização social diferenciada, exigem um tratamento especial na atenção aos seus direitos, pois muitas vezes as políticas públicas para a maioria da população não os alcançam, surgindo demandas específicas para essas populações como, por exemplo, escolas rurais, acesso à saúde para a população cigana, direito ao território das populações indígenas e quilombolas etc.

QUAIS AS AÇÕES O GT EXERCE JUNTO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS?

O GTCT tem feito diversas atividades junto às comunidades quilombolas. Neste relatório, destacaremos algumas das atividades realizadas nos anos de 2021 e 2022.



Sede da Associação da Comunidade Quilombola Mutamba, município de Paquetá-PI

A ação consistia na formação popular em Direitos Humanos para a Comunidade Quilombola Mutamba, localizada na Zona Rural do município de Paquetá-PI, por meio de oficinas temáticas, na busca por acesso à justiça e à efetividade de direitos utilizando-se do Direito como instrumento de empoderamento popular e combate ao racismo institucional. A ação foi realizada pelo Grupo Trabalho Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública da União em parceria com o Observatório Quilombos Piauí.

As atividades executadas foram:

- exposição sobre o Projeto de Oficinas de Educação em Direitos Humanos para Comunidades Quilombolas, desenvolvido pela DPU por meio do GTCT em parceria com o Observatório Quilombos Piauí, no âmbito do qual são abordadas várias temáticas sobre os direitos conferidos às comunidades remanescentes de quilombo;
- escuta dos moradores e moradoras da comunidade Mutamba, as lideranças quilombolas presentes;
- roda de conversa acerca dos conflitos fundiários e direitos das comunidades Quilombolas no qual o Defensor Público Federal, Dr. Benoni, discorreu sobre a legislação que assegura o direito territorial às comunidades quilombolas, em especial à Comunidade Mutamba.

Nesta ação, 18 famílias quilombolas foram beneficiadas, totalizando cerca de 43 pessoas que integram a Comunidade Quilombola Mutamba, além dos outros membros presentes.

Na Comunidade Quilombola Vila São João, localizada na Zona Rural do município de Campo Largo do Piauí-PI, a ação consistia na formação popular em Direitos Humanos por meio de oficinas temáticas, na busca por acesso à justiça e à efetividade de direitos utilizando-se do Direito como instrumento de empoderamento popular e combate ao racismo institucional. A ação foi realizada GTCT em parceria com o Observatório Quilombos Piauí.

Para esta ação, houve uma roda de conversa sobre os direitos Quilombolas no qual foram ouvi-

dos os moradores sobre os problemas enfrentados pela comunidade, bem como fora apresentado o papel da DPU em auxiliar as comunidades Quilombolas.

A ação atingiu uma comunidade Quilombola, totalizando cerca de 40 pessoas que integram a Comunidade Quilombola Vila São João, além dos outros membros presentes.



Sede da Associação da Comunidade Quilombola Vila São João, localizada na Zona Rural do município de Campo Largo do Piauí-PI



Comunidade Quilombola Macacos, localizada na Zona Rural do município de São Miguel do Tapuio-PI

A ação consistia na formação popular em Direitos Humanos para a Comunidade Quilombola Macacos, localizada na Zona Rural do município de São Miguel do Tapuio-PI, por meio de oficinas temáticas, na busca por acesso à justiça e à efetividade de direitos utilizando-se do Direito como instrumento de empoderamento popular e combate ao racismo institucional. A ação foi realizada pelo GTCT em parceria com o Observatório Quilombos Piauí.

Sob coordenação do Dr. Benoni Ferreira Moreira, Defensor Público Federal, representando o GTCT da DPU e integrante do Observatório Quilombo Piauí, presentes também representantes e lideranças quilombolas locais, bem como moradores da comunidade Quilombola Macacos, foram abordados temas como direito territorial quilombola, educação diferenciada quilombolas, direito de consulta prévia, livre, consciente e informada, Cadastro Ambiental Rural Coletivo etc.

A ação atingiu uma comunidade Quilombola, totalizando cerca de 52 pessoas que integram a Comunidade Quilombola Macacos, além dos outros membros presentes.



Comunidade Quilombola Artur Passos, localizada na Zona Rural do município de Jerumenha-PI

A ação consistia na formação popular em Direitos Humanos para a Comunidade Quilombola Artur Passos, localizada na Zona Rural do município de Jerumenha-PI, por meio de oficinas temáticas, na busca por acesso à justiça e à efetividade de direitos utilizando-se do Direito como instrumento de empoderamento popular e combate ao racismo institucional. A ação foi realizada pelo GTCT em parceria com o Observatório Quilombos Piauí.

Sob coordenação do Dr. Benoni Ferreira Moreira, Defensor Público Federal, representando o GTCT da DPU e integrante do Observatório Quilombo Piauí, presentes também representantes e lideranças quilombolas locais, bem como moradores da comunidade Quilombola Macacos, foram abordados temas como direito territorial quilombola, educação diferenciada quilombolas, direito de consulta prévia, livre, consciente e informada, Cadastro Ambiental Rural Coletivo etc.

A ação atingiu uma comunidade Quilombola, totalizando cerca de 34 pessoas que integram a Comunidade Quilombola Artur Passos, além dos outros membros presentes.



A ação consistia na formação popular em Direitos Humanos para a Comunidade Quilombola Macacos, localizada na Zona Rural do município de São Miguel do Tapuio-PI e Comunidade Tradicional de Quebradeiras de Coco Babaçu Vila Esperança, localizada na Zona Rural do município de São João do Arraial-PI, por meio de oficinas temáticas, na busca por acesso à justiça e à efetividade de direitos utilizando-se do Direito como instrumento de empoderamento popular e combate ao racismo institucional. A ação foi realizada pelo GTCT em parceria com o Observatório Quilombos Piauí.

Na Comunidade Quilombola Macacos, as seguintes ações foram realizadas:

- seminário sobre a Abolição Formal da Escravidão no Brasil - o dia 13 de maio de 1888 e falsa abolição da escravidão - foi idealizado e organizado pela própria comunidade;
- exposições e debates sobre a trajetória do povo negro no Brasil após o dia 13 de maio de 1988 até os dias atuais e dos desafios das comunidades quilombolas em geral e da Comunidade Macacos, em particular, para alcançarem a liberdade material;
- participação dos debates lideranças da comunidade Macacos, representantes da Defensoria Pública do Estado do Piauí, da Defensoria Pública da União, do Governo Estadual e do Governo Municipal.

Na Comunidade Quilombola de Quebradeira de Coco Babaçu Vila Esperança, as ações realizadas foram:

- oficinas sobre as ações desenvolvidas pelas Quebradeiras de Coco Babaçu;
- exposição sobre a atuação do MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras das Quebradeiras de Coco Babaçu, em parceria com a Defensoria Pública da União e com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia;
- informe sobre o Projeto de Lei Estadual Babaçu Livre, elaborado em parceria com a Defensoria Pública da União, Nova Cartografia Social da Amazônica, a partir das discussões e demandas das quebradeiras de coco babaçu;
- realização de uma solenidade comemorativa da entrega do documento de titulação coletiva do primeiro território de comunidade tradicional de quebradeiras de coco babaçu no Estado do Piauí (Comunidade Vila Esperança).

A ação atingiu duas comunidades Quilombolas, totalizando cerca de 83 pessoas na Comunidade Quilombola Macacos e 46 pessoas na Comunidade Quilombola que integram a Comunidade Quilombola de Quebradeira de Coco Babaçu Vila Esperança, além dos outros membros presentes.

Na Comunidade Quilombola Olho d'Água, o GT realizou as seguintes atividades:

- Exposição sobre direito da Comunidade Quilombola Olho D'água dos Negros à Educação Escolar Quilombola, direito à consulta prévia, livre, consciente e informada, à não discriminação, à liberdade de crença religiosa.
- Discussão sobre base legal, estratégias e encaminhamentos para viabilizar o retorno ao funcionamento da escola localizada na própria comunidade Olho D'água dos Negros (Ensino Fundamental e médio), a qual se encontra funcionando apenas com o ensino infantil.
- Oficina voltada para as crianças e adolescentes da Comunidade Quilombola Olho D'água dos Negros (exibição de vídeo sobre o tema racismo, com enfoque nas suas formas de manifestação e nas maneiras de enfrentamento, mediante discussão contextualizada a partir da análise crítica do vídeo exibido).

A ação atingiu uma comunidade Quilombola, totalizando cerca de 53 pessoas que integram a Comunidade Quilombola Olho D'Água dos Negros, além dos outros membros presentes.



Comunidade Quilombola Olho D'Água dos Negros, localizada na Zona Rural do município de Esperantina-PI



Comunidade Custaneira, localizada no município de Paquetá/PI

Na Comunidade Custaneira, palestras e minicursos foram realizados durante o dia e manifestações religiosas de matrizes africanas durante a noite. Em relação às ações desenvolvidas pelo GT, destacam-se:

- Realização de palestras destinadas a todos(as) os(as) as participantes do Encontro sobre: Racismo Estrutural e Racismo Institucional; Intolerância Religiosa e Educação Escolar Quilombola/Implementação da Lei Federal 10.639/2003. Para os(as) participantes de comunidades quilombolas, especificamente, foi ministrada palestra sobre Direito Previdenciário, com foco nas questões relacionadas aos benefícios previdenciários destinados aos segurados(as) especiais - trabalhadores(as) rurais e meios de prova da qualidade de segurado especial - trabalhador(a) rural.
- Além das palestras acima mencionadas, a Defensoria Pública da União por meio do Grupo de Trabalho Comunidades Tradicionais realizou, nos intervalos das atividades da programação do Encontro, três reuniões solicitadas pelo Observatório Quilombos Piauí, por lideranças das comunidades quilombolas do Território Lagoas (maior quilombo do Nordeste), localizado em São Raimundo Nonato/PI e municípios vizinhos e por lideranças das 08 (oito) comunidades quilombolas dos municípios de Paquetá, Santa Cruz e Wall Ferraz.

A ação atingiu muitas Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí.



Comunidade Quilombola Artur Passos, situada na Localidade Artur Passos, Zona Rural do município de Jerumenha-PI

Na Comunidade Quilombola Artur Passos, o GT realizou:

- visitas domiciliares a 30 famílias da Comunidade Quilombola Artur Passos;
- duas reuniões com a diretoria da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Artur Passos - uma antes e outra após as visitas domiciliares realizadas;
- reunião com integrantes do Observatório Quilombos Piauí, com a equipe de pesquisas que estão realizando as pesquisas para a confecção do Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Demarcação do Território - RTID da Comunidade Artur Passos;
- reunião com a Coordenação Científica da pesquisa que está sendo realizada na Comunidade Quilombola Artur Passos, com o objetivo de elaborar o RTID da referida comunidade quilombola.

A ação atingiu uma comunidade Quilombola, totalizando cerca de 120 pessoas que integram a Comunidade Quilombola Artur Passos, além dos outros membros presentes.

Para mais informações da atuação da Defensoria Pública da União em favor de populações em situação de vulnerabilidade acesse: www.promocaodedireitoshumanos.dpu.def.br e www.dpu.def.br.

LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E QUANTIDADE DE PESSOAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES



